



TERMO DE REFERÊNCIA

PTA – PROPOSTA TÉCNICA AMBIENTAL

Tendo em vista a necessidade de padronização e o estabelecimento de critérios mínimos a serem exigidos na apresentação dos estudos ambientais que fazem parte do processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos com potencial poluidor localizados em Amambai – MS, são apresentados a seguir os itens que devem ser contemplados na elaboração de um PTA – Proposta Técnica Ambiental:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

1. Nome;
2. Endereço;
3. Telefone; e
4. E-mail.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

5. Razão social;
6. Nome fantasia;
7. CNPJ;
8. Endereço;
9. Coordenadas de localização da atividade;
10. Área construída, útil e total do empreendimento;
11. Número de funcionários do setor administrativo e industrial;
12. Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE das atividades exercidas;
13. Enquadramento da atividade na Resolução SEMADE nº09 de 2015;
14. Estágio atual da atividade (fase de projeto, instalação ou operação);
15. Horário de funcionamento; e
16. Duração da atividade se contínua ou sazonal (se sazonal especificar periodicidade).

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PTA

17. Nome;
18. Formação profissional;
19. Número da ART vinculada ao PTA;
20. Telefone; e
21. E-mail.

LEGISLAÇÃO INCIDENTE

22. Abordar a legislação ambiental inerente ao desenvolvimento da atividade, considerando as esferas: Municipal, Estadual e Federal.



ITENS A SEREM APRESENTADOS NO PTA

23. Descrição que caracterize e dimensione a atividade;
24. Planta baixa das instalações, estruturas e/ou edificações previstas para o desenvolvimento da atividade, dando destaque aos itens que compõem o sistema de controle ambiental;
25. Delimitação das áreas Diretamente Afetada (ADA), de Influência Direta (AID) e de Influência Indireta (AII) da atividade, descrevendo os critérios utilizados para definição de tais áreas;
26. Descrição geral contextualizando a atividade pretendida em relação a sócio-economia e a infraestrutura da Área de Influência Direta (AID), contemplando breve histórico da ocupação e uso(s) da Área Diretamente Afetada (ADA);
27. Descrição que caracterize a situação da Área Diretamente Afetada (ADA) em relação aos recursos naturais, sua topografia e, especialmente, quanto aos recursos hídricos e a cobertura vegetal nativa, Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal e Corredores de Biodiversidade;
28. Descrição dos procedimentos operacionais a serem praticados para desenvolvimento da atividade, identificando as etapas/setores que geram resíduos, os procedimentos previstos para prevenir acidentes e em caso sua ocorrência, quais as ações emergenciais a serem executadas;
29. Caracterizar detalhadamente cada um dos possíveis impactos gerados na instalação e operação da atividade, incluindo a descrição das ações referentes ao acompanhamento e supervisão ambiental;
30. Elaborar matriz dos possíveis impactos ambientais (positivos e negativos) citando as respectivas medidas mitigadoras previstas. Neste item também deve ser relacionado a abrangência dos diferentes impactos com as áreas delimitadas (ADA, AID e AII). Sua elaboração deve ser dividida em duas etapas: instalação e operação;
31. Cronograma físico pretendido para o desenvolvimento da atividade dando destaque para as partes que compõem o sistema de controle ambiental;
32. Planta de situação da atividade (identificar em planta a área de implantação da atividade em relação a área da propriedade sede); e
33. Visualização panorâmica da Área Diretamente Afetada (ADA) em sua situação atual, devendo utilizar, no mínimo, 6 (seis) fotos que, juntas, possibilitem uma visão de 360° e, se possível, 1 (uma) imagem de satélite adequada.

***TODOS OS TEXTOS, TABELAS, FIGURAS, MAPAS, PLANTAS BAIXA E DE CORTE, APRESENTADOS NESSE ESTUDO DEVEM SEGUIR AS REGRAS DE FORMATAÇÃO DA ABNT.**

***DE ACORDO COM AS CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE, INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PODEM SER SOLICITADAS PELA EQUIPE DA SEMAI.**